

DOCÊNCIA AMEAÇADA? REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA CONTEMPORANEIDADE

Maria Arleilma Ferreira de Sousa¹
Raimunda Aurília Ferreira de Sousa²
Ana Cristina de Sales³
Cicera Mônica Rodrigues da Silva⁴
Mônica Emanuela Nunes Maia⁵

RESUMO

O texto propõe uma análise reflexiva acerca da formação de professores em instituições públicas no contexto contemporâneo, visando destacar os avanços e desafios enfrentados por essas instituições. Utilizando-se da metodologia qualitativa, é realizado um estudo do censo do ensino superior referente ao período de 2009 a 2022, disponibilizado por meio do portal do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). O objetivo central é identificar por meio do censo os índices de concluintes nos cursos de licenciatura. A análise preliminar desses dados evidenciou uma situação preocupante para a profissão docente, marcada pela diminuição do interesse pelo magistério e pela alta taxa de abandono nos cursos de formação inicial de professores. Além disso, observa-se um notável aumento de instituições privadas que oferecem cursos de formação na modalidade à distância (EAD). Embora essa modalidade facilite o acesso ao ensino superior para algumas pessoas, é duramente criticada por proporcionar uma formação deficiente, com poucos estímulos à pesquisa e à extensão, focando principalmente nas atividades de ensino. Nóvoa (2017) defende uma formação de professores voltada para a profissão, destacando que ao longo da história, o processo de profissionalização do magistério enfrentou diversos desafios. Ao longo do texto, são abordados os índices de concluintes da licenciatura observados nos últimos anos, bem como isso se reflete sobre o possível esvaziamento de profissionais aptos a atuarem na educação básica. Destacam-se ainda os fatores que levam ao abandono ou à não escolha pela profissão do magistério, como questões salariais, precariedade das estruturas das instituições de ensino, precarização do trabalho docente, escassez de concursos efetivos e o amplo sucateamento da educação.

Palavras-chave: Profissão docente, Formação de professores, Profissionais da educação.

INTRODUÇÃO

Os ataques à educação, às ciências humanas nos obrigam a perguntar-nos se não revelam estarmos em tempo de crise dos paradigmas hegemônicos, se não revelam estarmos em tempo de crise dos paradigmas hegemônicos,

¹ Doutoranda em Educação no Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Estadual- UECE, maria.arleilma@aluno.uece.br;

² Doutora em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Professora do departamento de Geografia da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, raimunda.aurilia@professor.ufcg.edu.br;

³ Doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará - UFC. Professora da Universidade Regional do Cariri-URCA – Unidade Descentralizada de Missão Velha, anasalesprof@gmail.com;

⁴ Mestranda em Educação e Ensino pela Universidade Estadual do Ceará – UECE, smonicarodrigues882@gmail.com;

⁵ Mestre pela Universidade Federal Ceará - UFC, mestre pelo programa de Pós-Graduação em Educação e Ensino MAIE/UECE, emanuela.maia@aluno.uece.br

pedagógicos. Quando se legitima ameaçar, exterminar vidas humanas é um alerta de estarmos em crise do humanismo? A crise atual tão acentuada dos humanismos políticos, éticos coloca em crise o paradigma humanista pedagógico. Coloca em crise as teorias pedagógicas, a própria pedagogia e seus centros de formação. Coloca em crise a cultura escolar, docente e sua função, pretensão humanizante (Arroyo, 2019, p. 188).

Como anunciado por Arroyo (2019), os ventos que ecoam o espaço educacional no tempo presente, vem carregado de alerta, coloca em crise o paradigma pedagógico, nos trazendo incertezas perante o modelo de educação que por ora se apresenta. Não é novidade entre os estudiosos da educação que a formação docente é historicamente construída como campo de disputas (Vicentini; Lugli, 2009), permeada por questões políticas, econômicas e sociais. Porém, o cenário atual chega a amedrontar os profissionais da educação, pois, ao alvorecer do século XXI observou-se o avanço mercadológico, alinhado às ideologias das políticas neoliberais na educação brasileira e concernentemente nos cursos de licenciatura.

No tempo presente observamos práticas de perseguição às universidades públicas e incentivo ao crescimento das universidades privadas, assim também como o crescimento de cursos de licenciaturas na modalidade à distância - EAD. A docência vem sendo ameaçada seja com a falta de incentivos financeiros para sua profissionalização, no descaso com a estrutura física e pedagógica para o desenvolvimento do trabalho, nos baixos salários ainda ofertados, na criminalização do trabalho docente, entre outros.

A docência, por sua vez, é reduzida a habilidades práticas, com ausência dos saberes da teoria pedagógica ou reduzidos à prática; uma formação prática – “sem teoria”; com estatuto profissional precário: contratos por tempo determinado, sem direitos trabalhistas (Pimenta, 2023, p. 18).

Assim, a precarização da formação e do trabalho do professor atrelado aos baixos investimentos destinados à educação podem ser fatores que fazem com que os cursos de nível superior na área da docência sejam menos procurados, nos últimos anos. O texto que ora se apresenta tem como finalidade analisar a formação de professores na contemporaneidade, discutindo sobre o crescimento das instituições privadas e cursos EAD, bem como problematizar os baixos índices de procura por cursos de formação docente de forma presencial e sua alta taxa de concluintes na modalidade à distância.

De abordagem qualitativa, a metodologia empregada para a coleta de dados se deu mediante a consulta no Censo do Ensino Superior, no período de 2009 a 2022, divulgado pelo portal do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). A escolha por tal temporalidade do estudo se deu a partir da aplicabilidade de

alguns Programas de governo para incentivo à docência como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência- PIBID, e ao término do governo de extrema direita, liderado por Jair Bolsonaro.

Como aporte teórico evidenciou-se os estudos de Vicentini; Lugli (2009), Pimenta (1997, 2023), Pimenta; Lima (2010), Nóvoa (1992, 2017), Tardif (2010), Arroyo (2019), entre outros estudiosos que auxiliam a problematizar a relação entre docência e seu processo de profissionalização. Corrobora-se com a tese dos autores de que a docência é uma profissão e que a formação deve preparar os estudantes para exercerem o magistério com base nos pressupostos pedagógicos e éticos que a profissão exige. Assim, todo estatuto legal para o exercício da docência de forma digna deve ser respeitado, como incentivo ao profissional para continuar seu processo de formação continuada, ambiente de trabalho seguro e bem estruturado fisicamente e pedagogicamente para realização da prática docente, incentivo salarial, empregos permanentes e estáveis mediante concursos públicos, liberdade para o exercício da docência de forma autônoma e emancipatória.

O texto está organizado da seguinte forma: uma introdução que apresenta os elementos fundamentais do estudo; um tópico que discute os avanços do ensino superior no Brasil; uma seção dedicada à análise da situação atual das licenciaturas; e, por fim, as considerações finais e referências.

Conclui-se que ser professor no Brasil é um desafio complexo. Embora tenham ocorrido avanços, ainda enfrentamos uma formação fragilizada, condições de trabalho degradantes, e os efeitos negativos das políticas neoliberais e da mercantilização do ensino. Essas questões são agravadas pelo crescimento das instituições de ensino superior (IES) privadas e pela expansão dos cursos de licenciatura à distância, o que compromete ainda mais a qualidade da formação inicial e, conseqüentemente, da educação.

AVANÇOS AO ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

A história da educação superior no Brasil é marcada por avanços tímidos, considerando que a institucionalização das universidades remonta ao final do século XIX e início do século XX. Os cursos voltados para a formação de professores em nível superior só se tornaram uma realidade a partir de 1934, o que torna a formação docente universitária relativamente recente. A popularização das instituições universitárias deveria ter seguido critérios de excelência em ensino, pesquisa e extensão. Ao longo do século XX, diversos decretos regulamentaram a existência das universidades, culminando

na ampla reforma universitária de 1961. Fica claro que a universidade é uma construção histórica, influenciada por fatores econômicos e políticos que moldam o tipo de sociedade desejada. Em cada momento histórico, um novo projeto de universidade é gestado e implementado.

Percebemos que para cada momento histórico da economia, modelos de universidades são pensados, gestados por políticas públicas e implantados por grupos de interesses diversos. Talvez a autonomia por parte de seus sujeitos tenha sido uma ilusão proposital para se fazer valer os interesses do Estado nesse processo de aprimorar sua forma de controle social (Brito; Cunha, 2009, p. 61).

De acordo com Sguissardi (2006), a popularização da educação superior no Brasil galgou vários momentos até chegar ao seu ápice a partir do século XXI, nesse contexto algumas reformas políticas foram importantes para promover algumas transformações pontuais como promoção da autonomia universitária e indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Além disso, deve-se destacar a efetividade da consolidação das instituições públicas como referência para o conjunto das IES do país, expansão da oferta de vagas no ensino superior, em especial no setor público e em cursos noturnos. Soma-se a isso, a ampliação do financiamento público, revisão e ampliação do crédito educativo e criação de programa de bolsas universitárias, como o Programa Universidade para Todos (PROUNI).

Neste cenário, observa-se um crescente aumento na criação de instituições de ensino superior no Brasil. Gomes e Moraes (2012) denominam esse fenômeno como uma possível transição para um sistema de massa. No entanto, os autores argumentam que, no caso brasileiro, essa transição está associada a um conjunto de fatores diversos, como a falta de políticas públicas eficientes para resolver os problemas da educação, a diversidade sociocultural que nem sempre é respeitada pelos gestores educacionais, e a falta de equidade no acesso e permanência na universidade. Assim, oriundo de um “sistema de elite”, o ensino superior no Brasil busca se transformar em um “sistema de massa”. Contudo, esse processo tem ocorrido principalmente por meio do crescimento do setor privado, que se tornou hegemônico em termos de volume de matrículas no nível de graduação. Embora as instituições públicas de ensino superior tenham crescido e se expandido consideravelmente, o que chama a atenção é o crescimento vertiginoso das instituições privadas, como pode ser observado na tabela abaixo:

Tabela 1 – Evolução do número de Instituições da Educação Superior por Categoria Administrativa – Brasil 2009-2022

Ano	Federal (pública)	Estadual (pública)	Municipal (pública)	Privada	Total
2009	94	84	67	2.069	2.314
2010	99	108	71	2.100	2.378
2011	103	110	71	2.081	2.365
2012	103	116	85	2.112	2.416
2013	106	119	76	2.090	2.391
2014	107	118	73	2.070	2.368
2015	107	120	68	2.069	2.364
2016	107	123	66	2.111	2.407
2017	109	124	63	2.152	2.448
2018	110	128	61	2.238	2.537
2019	110	132	60	2.306	2.608
2020	118	129	57	2.153	2.457
2021	119	134	60	2.261	2.574
2022	120	133	59	2.283	2.595

FONTE: Elaborado pelas autoras com base no Censo da Educação Superior, divulgado pelo INEP.

A predominância das instituições privadas revela uma desigualdade estrutural na oferta de ensino superior no Brasil. Embora as IES privadas atendam a uma demanda significativa, sua expansão pode estar relacionada mais ao interesse econômico do que ao compromisso com a qualidade educacional ou com a inclusão social. As mensalidades cobradas e o modelo de ensino focado em disciplinas de rápida conclusão podem comprometer a formação integral dos estudantes, especialmente nas áreas menos rentáveis, como as humanidades e as ciências sociais.

Quais mecanismos são responsáveis pelo crescimento das universidades brasileiras? Quais fatores definem a expansão acelerada das universidades privadas? Em um estudo sobre o processo de expansão das universidades federais brasileiras, Bizerril (2020) identifica que a principal política pública voltada para a popularização do ensino superior foi a criação do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), implementado durante os governos Lula e Dilma. Além disso, observa-se um aumento significativo no número de Instituições de Ensino Superior (IES) do setor privado.

[...] as instituições de ensino superior privadas muitas vezes são consideradas como “universidades de segunda classe”, que não necessitam desenvolver pesquisa e também são vistas como uma forma disfarçada de universidade que encontraram uma fórmula de burlar o artigo 207 da Constituição Federal, que traz a pesquisa como necessária para que uma escola possa ser chamada de universidade. Essas instituições são encaradas como produtoras de ensino massificado, que oferecem cursos universitários “profissionalizantes” e “aligeirados” (Saviani, 2007, p. 14).

Martins (2009) destaca que o crescimento das universidades privadas se remete ao período da ditadura militar, haja vista que a partir dos militares foi incentivado a criação de empresas privadas que ofertam cursos de nível superior de qualidade “duvidosa”. Dessa forma, o ensino superior privado trata-se de empresas educacionais voltadas para atender ao lucro, subvertendo a concepção de ensino superior ancorado em ensino, pesquisa e extensão, convertendo sua clientela em consumidores educacionais.

Desse modo, para que o ensino superior cumpra seu papel transformador na sociedade, é essencial que as políticas públicas sejam revisadas e reforçadas, garantindo que a expansão não ocorra à custa da qualidade e da inclusão social. É necessário um equilíbrio entre o crescimento das IES públicas e privadas, assegurando que todos os segmentos da sociedade tenham acesso a uma educação superior que não só prepare para o mercado de trabalho, mas também forme cidadãos críticos e conscientes.

PROFISSÃO PROFESSOR: INGRESSOS NOS CURSOS DE LICENCIATURA

O debate em torno da expansão universitária e crescimento do ensino privado é necessário para pensarmos o tipo de sociedade que desejamos e estamos construindo. Outrossim, o que se evidenciou na coleta de dados da pesquisa foi o processo de evolução no número de matrículas no ensino superior, no período do estudo. Observa-se um crescimento pela procura dos cursos de bacharelado e da área tecnológica, enquanto os cursos de licenciatura não apresentaram grandes crescimentos, como observado na tabela abaixo:

Tabela 2 – Evolução do Número de Matrículas de Graduação – Brasil 2009- 2022

Ano	Bacharelado	Licenciatura	Tecnológico	Total
2009	3.867.551	1.191.763	680.679	5.739.993
2010	4.226.717	1.354.989	781.609	6.363.315
2011	4.495.831	1.356.329	870.534	6.722.694
2012	4.703.693	1.366.559	944.904	7.015.156
2013	4.912.310	1.374.174	995.746	7.282.230
2014	5.309.414	1.466.635	1.029.767	7.805.816
2015	5.516.151	1.471.930	1.010.142	7.998.223
2016	5.549.736	1.520.494	946.229	8.016.459
2017	5.662.351	1.589.440	999.289	8.251.080
2018	5.689.335	1.628.676	1.098.066	8.416.077
2019	5.662.939	1.687.367	1.223.851	8.574.157
2020	5.559.687	1.663.681	1.435.197	8.658.565
2021	5.691.473	1.648.328	1.618.846	8.958.647
2022	5.922.108	1.669.911	1.813.574	9.405.593

FONTE: Elaborado pelas autoras com base no Censo da Educação Superior, divulgado pelo INEP.

Os cursos de licenciatura se tornaram um requisito básico para os profissionais da educação, a partir da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – (LDB, 9.394/1996), onde o documento regulamentou a obrigatoriedade de cursos de nível superior para o exercício da profissão na educação básica:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal. (LDB, 2017, p. 42).

Baseado nos princípios legais o exercício da docência só seria permitido mediante a formação inicial em cursos de licenciatura vinculado à IES habilitada para tal. Os conhecimentos adquiridos nesse processo devem dialogar com a área de formação, com o ensino enquanto campo de conhecimento, com os recursos teóricos e metodológicos para o exercício da profissão, entre outros saberes exigidos para o exercício do magistério:

Além de saber os conhecimentos sobre determinada área da realidade, que se converterá no conteúdo do ensino, alia-se ao domínio de recursos teóricos e metodológicos para transmissão, partilha e socialização dos conhecimentos. Além disso, é preciso uma visão crítica dos princípios que fundamentam sua prática, dos objetivos por ela visados, dos compromissos por ela requeridos (Pimenta; Lima, 2010, p. 65-66).

A partir dos anos 1990, com as mudanças no arcabouço legal baseadas na Constituição de 1988, na LDB de 1996, e na aprovação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs, 1997/1998), entre outros documentos que regulamentam a educação, tornou-se necessário repensar as práticas pedagógicas e docentes. Nesse contexto, surgiu a reflexão sobre a identidade profissional docente, compreendendo-a como um processo de construção do sujeito historicamente situado. Ser professor é uma identidade que emerge em um contexto e momentos históricos específicos (Pimenta, 1997).

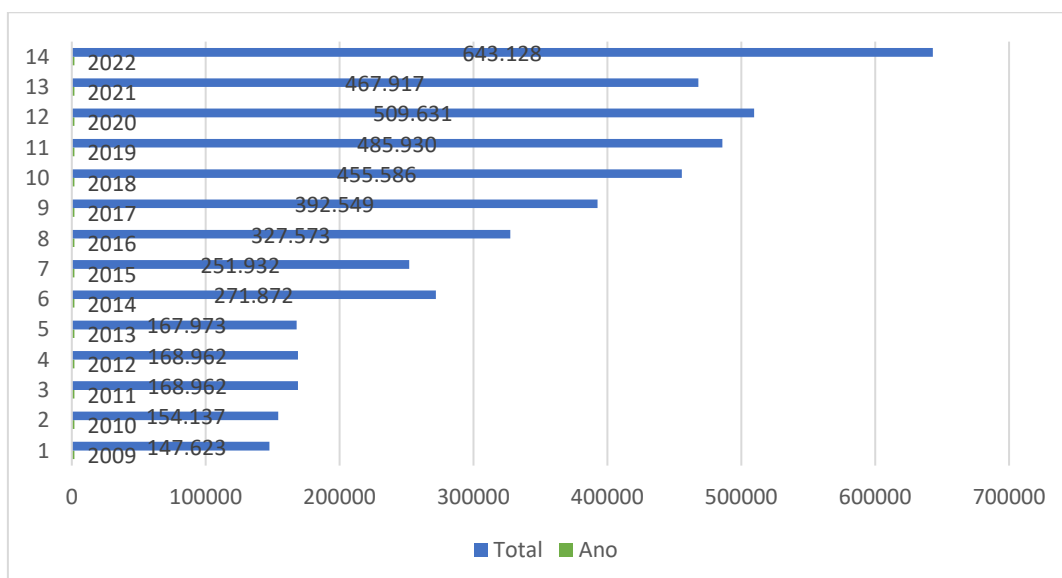
Ao professor da contemporaneidade é necessário um conjunto de saberes, tais como os saberes da experiência, do conhecimento e pedagógicos (Pimenta, 1997), saberes da formação profissional, disciplinares, curriculares e experienciais (Tardif, 2010). O processo de aquisição dos conhecimentos necessários ao exercício da docência se inicia nos cursos de formação inicial de professores e se estendem ao longo do exercício da profissão e da formação continuada.

Quem são os profissionais da educação? Quem são os alunos dos cursos de licenciatura? Quais fatores tornam o exercício da docência atrativo? Em um estudo sobre o perfil do professor no Brasil, Arroyo (2013) conclui que o magistério é majoritariamente visado pelas classes subalternas, que enxergam na prática docente uma oportunidade para realização pessoal e ascensão social:

Os adolescentes e jovens das camadas populares, filhos de famílias trabalhadoras, vão construindo suas identidades no espelho do outro, na imagem de trabalhador(a), de servidor público, que a mídia e a escola, a ideologia hegemônica e as relações sociais vão lhes conformando como mais próxima de sua condição social, de seu preparo e de suas capacidades. Ser professor, professor de escola se encaixa como uma das suas possibilidades e saídas. Não é aspirar alto demais (Arroyo, 2013, p. 127).

A pesquisa evidenciou um crescimento significativo no número de ingressantes em cursos de licenciatura à distância – EAD. Essa modalidade de ensino vem sofrendo duras críticas por se caracterizar mediante o distanciamento institucional do estudante, a ausência de professores capacitados na área, sendo substituídos por tutores, pela flexibilidade muito ampla de tempo para cursar as disciplinas, por um currículo multifacetado, entre outros. Entretanto, a escolha pela modalidade EAD, para fazer um curso de nível superior é escolhido na maioria dos casos, justamente pela “facilidade” em realizar a formação. Na tabela abaixo, observa-se um acelerado crescimento pela procura desses cursos na área de licenciatura no período estudado:

Gráfico 1 – Número de ingressantes na Licenciatura à Distância – Brasil 2009-2022



FONTE: Elaborado pelas autoras com base no Censo da Educação Superior, divulgado pelo INEP

O crescimento dos cursos de licenciatura na modalidade à distância preocupa no sentido de que o processo de formação docente requer saberes teóricos e práticos propiciando a pesquisa, a reflexão e constituição dos saberes necessários à profissão. Outrossim, a profissão docente deve ser construída numa perspectiva crítico reflexiva que “forneça aos professores os meios de um pensamento autônomo e que facilite as dinâmicas de formação auto - participada” (Nóvoa, 1992, p. 25), considerando o desenvolvimento pessoal, profissional e organizacional.

Consultando a base de dados que fundamentou a pesquisa, verifica-se o quantitativo de concluintes dos cursos de licenciatura, tanto na modalidade presencial quanto à distância. No período de 2009 a 2022, observou-se um crescimento exponencial, com um aumento de 90,7% no número de alunos que concluíram a licenciatura no formato à distância, conforme observado na tabela abaixo:

Tabela - 3: Concluintes dos cursos de Licenciatura- Brasil 2009-2022

Ano	Presencial	A distância
2009	154.530	87.006
2010	161.354	71.952
2011	160.883	77.224
2012	148.229	75.663
2013	140.036	61.317
2014	142.357	74.683
2015	152.382	85.436
2016	149.046	89.873
2017	145.258	107.798
2018	133.070	117.383
2019	120.524	133.483
2020	94.816	148.463
2021	93.850	189.711
2022	91.638	165.943

FONTE: Elaborado pelas autoras com base no Censo da Educação Superior, divulgado pelo INEP

A análise dos dados da tabela acentua uma transição significativa na forma como os cursos de licenciatura são oferecidos e concluídos no Brasil, refletindo mudanças nas políticas educacionais, nas condições socioeconômicas e nas necessidades dos estudantes. É crucial que as políticas públicas e as práticas educacionais sejam ajustadas para garantir que todas as modalidades de ensino ofereçam uma formação de alta qualidade e atendam às demandas do sistema educacional e do mercado de trabalho.

A formação inicial de professores é uma fase crucial no processo de profissionalização docente, sendo também o ponto de partida para a construção da

identidade profissional do professor. Uma formação fragilizada nesse momento pode levar o profissional a enfrentar desafios que podem, inclusive, resultar na desistência da profissão. Além disso, a docência vem sendo constantemente ameaçada por fatores como uma formação inicial e continuada deficitária, a redução de investimentos na educação, a ruptura do consenso social sobre a importância da educação, a mercantilização do ensino, a adoção de ideologias neoliberais, a responsabilização exclusiva da escola pelo processo educativo, o aumento das exigências sobre o professor, e a crise moral, econômica e social. Todos esses fatores contribuem para a crescente desistência da profissão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o período estudado, verificou-se um crescimento significativo no número de instituições de ensino superior, demonstrando a expansão das universidades nos últimos anos, assim também como tivemos um crescimento mesmo que moderado no ingresso em cursos de licenciatura. Porém, o que a pesquisa evidenciou foi o crescimento expressivo de instituições privadas e de concluintes de cursos de licenciatura na modalidade à distância.

Existe uma percepção crescente de que as políticas educacionais e a sociedade em geral não valorizam adequadamente a educação e os professores. Essa percepção é apenas uma impressão passageira ou reflete uma realidade mais profunda? A história da profissão docente no Brasil é marcada por intensas lutas, com avanços e retrocessos ao longo do tempo. Atualmente, a docência enfrenta ameaças significativas. Diversos interesses moldam o cenário educacional, e é fundamental questionar: Quem se beneficia da continuidade da desigualdade educacional e da má qualidade do ensino? Quem tem interesse em desvalorizar os saberes e a experiência dos professores? Quem promove a redução da duração dos cursos de licenciatura? Quem apoia a expansão das Instituições de Ensino Superior (IES) privadas e o crescimento dos cursos a distância (EAD)? Quem está por trás do sucateamento da educação pública? Nesse sentido, a prática de pesquisa, estudo e reflexão é pertinente para entender e questionar esses interesses, bem como para explorar as motivações por trás da apatia e do silenciamento dos profissionais da educação. É através dessa análise crítica que podemos buscar soluções e promover mudanças efetivas no campo educacional.

O cenário educacional brasileiro está imerso em uma complexa teia de interesses e desafios que moldam a realidade da profissão docente. A concepção de que a educação

e os professores não são devidamente valorizados é sustentada por uma análise crítica das políticas educacionais e das condições enfrentadas pelos profissionais da área. A história da docência no Brasil revela um padrão cíclico de avanços e retrocessos, indicando que a luta por uma educação de qualidade é contínua e repleta de obstáculos. O sucateamento da educação pública e a desvalorização dos saberes dos professores refletem uma visão que ameaça a integridade e a qualidade do ensino. O desafio é, portanto, não apenas reconhecer esses problemas, mas também trabalhar para transformá-los. A construção de um sistema educacional justo requer um compromisso coletivo com a valorização da educação, a promoção de uma formação docente de qualidade e a garantia de condições adequadas para o exercício da profissão. Somente através desse esforço contínuo será possível assegurar que a educação desempenhe seu papel na construção de uma sociedade mais justa e desenvolvida.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M. G. *Ofício de Mestre: Imagens e autoimagens*. 15ª ed. Petrópolis, RJ: **Vozes**, 2013.

ARROYO, M. G. *Vidas Ameaçadas: Exigências-respostas Éticas da Educação e da Docência*. Petrópolis, RJ: **Vozes**, 2019.

BIZERRIL, M. X. A. O processo de expansão e interiorização das universidades federais brasileiras e seus desdobramentos. **Rev. Tempos Espaços Educ.** v.13, n. 32, e-13456, jan./dez.2020.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Resumo técnico do Censo da Educação Superior 2022* [recurso eletrônico]. – Brasília, DF: **Inep**, 2024.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB**. Brasília, 2017.

BRITO, T. T. R.; CUNHA, A. M. O. Revisitando a História da Universidade no Brasil: política de criação, autonomia e docência. **Aprender - Cad. de Filosofia e Psic. da Educação** Vitória da Conquista Ano VII n. 12 p. 43-63, 2009.

GOMES, A. M.; MORAES, K.N.; Educação superior no Brasil contemporâneo: transição para um sistema de massa. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 33, n. 118, p. 171-190, jan.-mar. 2012.

INEP: *Resumo técnico do Censo da Educação Superior 2017* [recurso eletrônico]. – Brasília: **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira**, 2019.

MARTINS, C. B. A Reforma Universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 30, n. 106, p. 15-35, jan./abr. 2009.

NÓVOA, A. Firmar a posição como professor, afirmar a profissão docente. **Cadernos de Pesquisa**, v. 47, n. 166, p. 1106–1133, out. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/WYkPDBFzMzrvnbsbYjmvCbd/?lang=pt#>. Acesso em: 18 jun.2024.

NÓVOA, A. Os professores e a sua formação. Lisboa: **Dom Quixote**, 1992. pp. 13-33. Disponível em: <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/4758>. Acesso em: 18 jun.2024.

PIMENTA, S. G. A didática como mediação na construção da identidade do professor - uma experiência de ensino e pesquisa na Licenciatura. In: ANDRÉ, M. E. D. A.; OLIVEIRA, M. R. N. S. (org.). Alternativas no ensino de Didática. Campinas: **Papirus**. 1997, p. 37-70.

PIMENTA, S. G. As ondas críticas da Didática em movimento: resistências ao tecnicismo\neotecnicismo neoliberal. IN: LONGAREZI, A. M.; PIMENTA, S. G.; PUENTES, R. V. (orgs.). Didática crítica no Brasil. – 1. Ed. - São Paulo: **Cortez**, 2023.

PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. Estágio e docência. 6ªed.São Paulo: **Cortez**, 2010.

SAVIANI, D. Da nova LDB ao FUNDEB: por uma outra política educacional. Campinas: **Autores Associados**, 2007.

SGUISSARDI, V. Reforma Universitária no Brasil – 1995-2006: Precária trajetória e incerto futuro. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 27, n. 96 - Especial, p. 1021-1056, out. 2006.

TARDIF, M. Saberes docentes e formação profissional. 9. ed. Petrópolis: **Vozes**, 2010.

VICENTINI, P. P.; LUGLI, R. G. História da profissão docente no Brasil. São Paulo: **Cortez**, 2009.